

Os agentes públicos e a fome nos primeiros séculos da Idade Média

Public Agents and the Famine in the First Centuries of the Middle Ages

MARCELO CÂNDIDO DA SILVA

Departamento de História

Universidade de São Paulo

Avenida Professor Lineu Prestes, 338, Butantã São Paulo, SP, 05.508-900, Brasil
candido@usp.br

RESUMO A Alta Idade Média foi um período marcado por sucessivas crises alimentares. De acordo com um levantamento nas histórias, anais, crônicas, hagiografias etc., feito no início do século XX pelo historiador alemão Fritz Curschmann, há 68 menções a crises alimentares entre os anos 700 e 1100. No entanto, esses textos dizem mais sobre as reações à fome do que sobre as circunstâncias ou causas das mesmas. O objetivo deste artigo é analisar comparativamente as ações dos agentes públicos em face de situações de crise alimentar, tanto na Gália quanto na Itália, entre o final do século V e o final do século VI. Para tanto, utilizar-se-ão cartas de Cassiodoro († c.585) e de Sidônio Apolinário († 486), bem como as *Histórias* de Gregório de Tours († 594) e um poema de Venâncio Fortunato († c.609). A análise desses textos permite que se coloque em xeque a ideia da crise da autoridade pública com o advento dos reinos bárbaros.

PALAVRAS-CHAVE fome, Gália, Itália, Alta Idade Média

Recebido: 5 fev. 2016 | Revisto pelo autor: 10 abr. 2016 | Aceito: 13 abr. 2016

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300008>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 779-805, set/dez 2016

ABSTRACT The Early Middle Ages was marked by successive food crises. According to a survey made by the German historian Fritz Curschmann (in the histories, annals, chronicles, hagiographies etc.) there are 68 references to food crises between the years 700 and 1100. However, these texts say much more about the reactions to hunger than on their circumstances or causes. The aim of this article is to analyze the actions of public officials in the face of food crises in Gaul and in Italy between the end of the fifth century and the late sixth century. For this purpose we use some letters of Cassiodorus († c. 585) and Sidonius Apollinaris († 486), the *Histories* by Gregory of Tours († 594) and a poem by Venantius Fortunatus († c.609). The analysis of these texts allows us to put into question the idea of public authority crisis with the advent of barbarian kingdoms.

KEYWORDS famine, Gaul, Italy, Early Middle Ages

Na segunda metade da década de 530, Cassiodoro, que ocupava então a função de Prefeito do Pretório da Itália, teve de fazer face a uma grave crise alimentar na península. A extensão dessa crise é conhecida, em primeiro lugar, pela quantidade de fontes que a citam e sobre as quais voltaremos mais tarde. Em segundo lugar, devido ao número de cartas escritas por Cassiodoro sobre o tema. Encontramos nada menos do que seis, redigidas apenas no outono de 537: a primeira foi enviada aos provincianos da Ístria, solicitando o envio de trigo, vinho e azeite a Ravena, a serem retirados dos excedentes da colheita precedente na província (Cassiodoro, 1894, XII, 22);¹ a segunda, destinada a Laurentius, com instruções para a aplicação das medidas destinadas à Ístria e previstas na carta precedente (Cassiodoro, 1894, XII, 23); a terceira Cassiodoro escreveu aos habitantes do litoral da Ístria que possuíam barcos - trata-se da primeira menção conhecida sobre Veneza - para pedir que transportassem o azeite e o vinho da Ístria para Ravena (Cassiodoro,

1 CASSIODORO, *Variae*. MOMMSEN, Theodor (ed.). *Monumenta Germaniae Historica* (MGH), *Auctores Antiquissimi* (AA), t. XII. Berlim: Weindmann, 1894.

1894, XII, 24); a quarta carta, datada de 538, tinha como destinatário um de seus representantes encarregados do abastecimento, Ambrósio, a quem Cassiodoro solicita que recolha os frutos da colheita precedente e abundante para fazer face à penúria que se anunciava nos meses seguintes (Cassiodoro, 1894, XII, 25); em uma quinta carta, Cassiodoro aceita um pedido dos habitantes da província da Venécia para que fossem isentos de taxas sobre o vinho e o trigo devidas pelas cidades de Concórdia, Aquileia e *Forum Julii* (Cividale del Friuli) (Cassiodoro, 1894, XII, 26); por fim, uma sexta carta foi escrita ao bispo de Milão, Datus, recomendando a abertura dos celeiros em *Ticinum* (Pávia) e em Dertona (Tortona) (Cassiodoro, 1894, XII, 27).

A frequência e as datas das cartas mostram uma reação intensa e também relativamente rápida em face da fome, ainda que não tenhamos condições de avaliar a eficácia das medidas que foram então adotadas. Não sabemos até que ponto a sua aplicação trouxe os resultados esperados. Todavia, isso não prejudica a análise que faremos ao longo deste texto. Para além do número de cartas, se prestarmos atenção no conteúdo das medidas preconizadas por Cassiodoro, temos um quadro bastante completo da reação da administração pública ostrogótica em face da fome. As cartas mostram não só que os agentes públicos dispunham da memória dos resultados das colheitas em cada província, mas também que eles tomavam medidas para o transporte dos gêneros alimentícios até as províncias para as quais eles eram destinados, para a estocagem dos frutos das colheitas em previsão da penúria que se avizinhava, para a remissão de taxas das províncias mais atingidas pela fome e para a abertura de celeiros às populações sem alimentos.

Além das medidas previstas nas várias cartas escritas por Cassiodoro no outono de 537, a gravidade da crise alimentar, ou pelo menos a sua excepcionalidade, aparece também na descrição das suas causas. Essas causas aparecem na carta destinada a Ambrósio, que abre a série de cartas dedicadas à fome desses anos. Cassiodoro menciona um fenômeno meteorológico que parece estar na origem da fome que se produziu então, e para o qual não haveria explicação racional: teriam surgido sinais extraordinários no céu, que teriam deixado os homens alarmados, com

um enfraquecimento da luz habitual do Sol, que apareceria com uma cor azulada. Não seria mais possível perceber a sombra de seu próprio corpo ao meio-dia, nem sentir o vigor do calor do Sol. Era como se, diz ele, os fenômenos que acompanham um eclipse tivessem se prolongado durante um ano inteiro. Mesmo a lua cheia teria perdido o seu esplendor natural. Para completar o quadro, teria ocorrido um inverno sem tempestades, uma primavera sem tepidez e um verão sem calor. Cassiodoro descreve também as consequências, para as colheitas, das secas prolongadas e das geadas fora de época: o fruto, nos meses em que deveria estar maduro, parecia ter sido refrigerado por Bóreas; os frutos, que necessitam de chuvas suaves, não podiam mais ser encontrados na terra ressecada (Cassiodoro, 1894, XII, 25).²

Procópio de Cesareia, em seu texto consagrado à guerra contra os vândalos, menciona também um “prodígio extraordinário” que teria ocorrido no décimo ano do reinado de Justiniano (536): o sol teria aparecido sem raios, da mesma forma que a lua, lançando uma luz lânguida, como se estivesse se enfraquecendo. Desde então, os romanos teriam sido atingidos pela guerra, pela fome e pelas calamidades mais

2 [1] *Plerumque solliciti fiunt, qui mutatos rerum ordines intuentur, quia saepe portendunt aliqua, quae consuetudini probantur adversa. nihil enim sine causa geritur nec mundus fortuitis casibus implicatur, sed quicquid venire videmus ad terminum, divinum constat esse consilium. suspenduntur homines, cum sua reges constituta mutaverint, si aliter induti procedant quam eorum usus inoleverat. quis autem de talibus non magna curiositate turbetur, si versa vice consuetudinum a sideribus aliquid venire videatur obscurum? nam sicut certa securitas est suis vicibus tempora notare currentia, sic magna curiositate complemur, cum mutari talia sentiuntur.* [2] *Quale est, rogo, stellarum primum conspicere et eius solita lumina non videre? lunam noctis decus intueri orbe suo plenam et naturali splendore vacuatam? cernimus adhuc cuncti quasi venetum solem: miramur media die umbras corpora non habere et vigorem illum fortissimi caloris usque ad extremi teporis inertiam pervenisse, quod non eclipsis momentaneo defectu, sed totius paene anni agi nihilominus constat excursu.* [3] *Qualis ergo timor est diutius sustinere quod vel in summa solet populos celeritate terrere? habuimus itaque sine procellis hiemem, sine temperie vernum, sine ardoribus aestatem. unde iam speretur posse venire temperiem, quando menses qui fructus decoquere poterant boreis flatibus vehementer algebant? quid enim fertilitatem producat, si terra aestivis mensibus non calescat? quid germen aperiat, si matrix pluviam non resumat? duo haec elementis omnibus probamus adversa rigorem perpetuum et contrariam siccitatem. mutaverunt se tempora non mutando et quod mixtis imbribus solebat effici, ex ariditate sola non potest optineri [...].*

desastrosas (Procópio de Cesareia, 1833, XIV, 4-10).³ Procópio também relata a desolação da fome que teria se abatido sobre a Itália em 538 e chega a mencionar casos de canibalismo (Procópio, 1833a, II, 20).⁴ Tanto pelas semelhanças entre os seus relatos quanto pela data na qual teriam ocorrido os fatos que descrevem, fica claro que Cassiodoro e Procópio fazem referência ao mesmo fenômeno. Mas eles não são os únicos. Na segunda metade do século XII, Miguel, o Sírio [† 1199], redigiu uma crônica na qual também faz referência a um evento meteorológico extraordinário em 536, provavelmente retomando o próprio relato de Procópio. Decididamente, esse não é o caso de dois anais irlandeses, os Anais de Ulster (compilados no final do século XV) e os Anais de Innisfalen (redigidos entre o século XII e o século XV), os quais apresentam uma mesma fórmula para descrever os eventos do ano 536: “Falta de pão”. Ainda que não façam nenhuma menção a eventos extraordinários, ambos constataam a carência de pão, o que poderia ser o resultado dos mesmos fatos relatados pelos autores anteriormente mencionados — o que, no entanto, não passa de uma especulação. Mais surpreendente ainda é que as Crônicas do Japão, um conjunto de relatos dos mais antigos da história japonesa que chegaram até nós, fazem também menção a uma fome em 536 (*Chronicles of Japan*, 1896, p.34-35).⁵ Como no caso dos anais irlandeses, nada é dito a respeito dos prodígios mencionados por Cassiodoro, Procópio de Cesareia e por Miguel, o Sírio.

Talvez esse prodígio descrito com riqueza de detalhes seja nada mais do que uma construção literária, transmitida de uma fonte a outra em função de seu aspecto singular. O fato de que crônicas e anais no Japão e na Irlanda mencionem uma crise alimentar precisamente no ano de 536 pode sugerir que houve, de fato, um fenômeno climático de grande amplitude, a menos que tenha se tratado de uma coincidência, isto é, o

3 PROCÓPIO DE CESAREIA. *De Bello Vandalico*, t. I. NIEBUHR, Barthold Georg (ed.). Bonn, 1833, p.307- 534 (*History of the Wars*. ed. e trad. DEWING, H.B. Cambridge: MA, 1928).

4 PROCÓPIO DE CESAREIA. *De Bello Gothico*, t. II. NIEBUHR, Barthold Georg (ed.). Bonn, 1833a, p.3-643 (*History of the Wars*. ed. e trad. DEWING, H.B. Cambridge: MA, 1928).

5 *Chronicles of Japan from the Earliest Times to A.D. 697*, vol. 1. Londres: Japan Society, 1896.

advento de várias crises alimentares na Itália, na Irlanda e no Japão em um mesmo ano, sem relação umas com as outras.

No entanto, análises dendrocronológicas efetuadas em carvalhos selvagens e multicentenários na Irlanda indicam a existência de verões muito frios por volta de 536. Estudos comparativos feitos a partir de árvores multicentenárias na América do Norte, na Mongólia e na Argentina trouxeram resultados comparáveis. A diminuição do crescimento dessas árvores deve ter correspondido, segundo estimativas, a uma queda da temperatura global, entre 536 e 545, que os cientistas estimam ser da ordem de 3 graus célsius (Simmons, 2008, p.18). Ou seja, os prodígios aos quais fazem referência Cassiodoro, Procópio e Miguel muito provavelmente correspondem à existência de um fenômeno meteorológico de grande amplitude em meados de 536.

As baixas temperaturas verificadas então só foram ultrapassadas em intensidade pelas da chamada “pequena era glacial” dos séculos XV-XVII. É necessário, portanto, dar crédito às descrições que encontramos em Cassiodoro, em Procópio de Cesareia e em Miguel, o Sírio: houve, de fato, um fenômeno climático extraordinário por volta de 536. Hoje, há duas grandes explicações sobre o que teria ocorrido. A primeira é a ocorrência de uma poderosa erupção vulcânica (Larsen, 2008); a segunda, o impacto provocado por um asteroide ou por um cometa (Rigby; Symonds; Ward-Thompson, 2004, p.24). No que se refere à segunda hipótese, o impacto do cometa Shoemaker Levy 9 contra o planeta Júpiter, em 1994, deu aos cientistas uma boa ideia do que poderia ter se passado em 536. A diminuição das temperaturas em 536 teria sido a consequência de uma grande quantidade de detritos e poeira lançados na atmosfera, seja pela erupção, seja pelo impacto de um grande objeto celeste (é preciso lembrar que os textos falam da diminuição da intensidade da luz do Sol). No entanto, não foram encontrados traços do impacto desse objeto, nem de uma erupção vulcânica. Talvez a exploração das profundezas oceânicas possa, em breve, revelar indícios em um sentido ou em outro.

De qualquer forma, o papel desses eventos climáticos na fome que atingiu a Itália não é muito claro. O *Liber Pontificalis* faz menção a uma fome que teria atingido todo o mundo a partir de 536, segundo o que

teria sido relatado pelo bispo Datus, de Milão; na Ligúria, mulheres teriam devorado seus próprios filhos (*Liber Pontificalis*, 1886, LX).⁶ Embora essa fome coincida cronologicamente com o evento extraordinário de que fala Procópio, tal evento não é mencionado no *Liber*, que descreve, de maneira exaustiva, os conflitos opondo os exércitos de Belisário e as tropas ostrogodas. Os cercos às cidades, as pilhagens e a destruição das colheitas podem ter agravado e muito a extensão da crise alimentar. Qualquer que tenha sido o papel dos eventos climáticos no colapso das colheitas na Itália, o fato é que houve uma crise alimentar importante nos anos que se seguiram a 536, o que, segundo alguns autores, explicaria o aumento da vulnerabilidade das populações às doenças e, assim, a própria extensão da Peste Justiniana (Rigby; Symonds; Ward-Thompson, 2004, p.26). Eis, aliás, um dos maiores desafios para aqueles que estudam as crises alimentares: o fato de que é bastante difícil, às vezes impossível, isolar apenas um fenômeno para explicá-las.

Nosso objeto neste texto não é propriamente o evento climático de 536, mas, em primeiro lugar, as reações dos agentes públicos na Itália à fome que se seguiu cronologicamente. Em seguida, compararemos essas reações com o que ocorreu na Gália após uma crise alimentar no final do século V. Essa comparação é relevante na medida em que a Gália e a Itália constituem, na interpretação da historiografia tradicional, dois pontos antipodais no que se refere à sobrevivência da autoridade pública: o Reino dos Ostrogodos seria o mais romanizado dos reinos bárbaros, ao passo que o Reino dos Francos seria o menos romanizado. Do ponto de vista da história política, isso significaria a ausência de uma autoridade pública na Gália e sua continuidade na Itália. Assim, o estudo das diferentes reações à fome, em uma e em outra região, pode colocar à prova essa perspectiva.

6 *Eodem tempore tanta fames fuit per universum mundum, ut Dacius episcopus civitatis Mediolanensis relatione sua hoc evidenter narraverit, quod in partibus Liguriae mulieres filios suos comedissent penuria famis, quas retulit ex Ecclesiae suae fuisse familia. Liber Pontificalis.* DUCHESNE, Louis. *Le Liber Pontificalis, texte, introduction et commentaire*, 2 vols.. Paris: E. Thorin, 1886-1892.

Uma análise do conjunto das cartas de Cassiodoro mostra que, face à gravidade da crise alimentar, houve uma série de medidas do poder central para fazer face ao problema: controle de preços, proibição de exportação de gêneros alimentícios, compra de alimentos oriundos das províncias que tinham tido uma boa colheita no ano anterior, distribuição de trigo dos celeiros nas cidades mais atingidas pela fome. Na carta enviada a Ambrósio, Cassiodoro lembra que, em função da colheita excepcionalmente abundante, seus frutos deveriam ser colhidos e estocados até os próximos meses de penúria, para a qual seria necessário estar preparado (Cassiodoro, 1894, XII, 25).⁷

Cassiodoro queria evitar que o peso da fiscalidade caísse sobre uma só província. Ele introduziu uma repartição das taxas, que incidiriam mais sobre a Ístria, a qual teve uma melhor colheita do que as outras províncias, de forma a evitar que os produtos solicitados a essa província - o trigo, o azeite e o vinho - fossem enviados a outros lugares ou ao exterior. Além disso, Cassiodoro enviou um responsável para supervisionar a aplicação das medidas. Finalmente, houve também a fixação dos preços dos gêneros alimentícios. É fácil concluir, a partir da correspondência de Cassiodoro, que na Itália ostrogótica do início do século VI havia uma ação coordenada dos agentes públicos diante da fome. Essa ação compreendia elementos de cálculo e de previsão em relação às colheitas, aos preços dos gêneros alimentícios, mas também em relação à penúria dos meses seguintes.

O contraste com o que acontecia na Gália no mesmo momento é, à primeira vista, impressionante. Os relatos mais completos de que dispomos sobre as crises alimentares dos séculos V e VI na Gália, sem sombra de dúvidas, são de Gregório de Tours. Essas crises aparecem várias vezes ao longo das *Histórias*, o que mostra o interesse do autor pela questão, interesse esse que contrasta com a pouca atenção acordada por outros autores merovíngios. É o caso, especialmente, de Fredegário

7 “[4] *Atque ideo de veteribus frugibus prudentia tua futuram vincat inopiam, quia tanta fuit anni praeteriti felix ubertas, ut et venturis mensibus provisa sufficiant. reponatur omne quod ad victum quaeritur. facile privatus necessaria reperit, cum se publicus apparatus expleverit*”.

e do autor do *Liber Historiae Francorum*. Mas não nos enganemos: a fome, na obra de Gregório, é um dos artifícios narrativos que ilustram os combates das igrejas contra os heréticos. Ela aparece no contexto de grandes prodígios, tais como os sinais dos céus, incêndios de origem divina (Gregório de Tours, 1951, V, 33),⁸ ou ainda quando do advento de um personagem que afirmava ser o Cristo (Gregório de Tours, 1951, X, 25). Em apenas uma ocasião nas *Histórias* a fome não é associada à ação de um pecador ou a prodígios (Gregório de Tours, 1951, VII, 45).

Gostaríamos de nos concentrar agora no relato do bispo de Tours sobre a fome na Burgúndia no final do século V.⁹ Segundo Gregório de Tours, na época de Sidônio Apolinário, uma “grande fome” teria atingido a Burgúndia. Como as pessoas se dispersavam em várias regiões e não havia ninguém para distribuir esmolas aos pobres, Ecdicius, um dos senadores e próximo de Sidônio, tendo colocado Deus em sua confiança, segundo Gregório, teria então realizado algo grande: vendo que a fome aumentava, teria enviado os seus servos com cavalos e carroças pelas cidades vizinhas de sua residência para que lhe trouxessem aqueles que a fome torturava. Os servos executaram a sua vontade e trouxeram à sua residência todos os pobres que puderam encontrar; assim, tendo

8 GREGÓRIO DE TOURS. *Libri Historiarum X*, MGH, *Scriptores Rerum Merovingicarum*, 1. KRUSCH, Bruno; LEVISON, William; HOLTZMANN, Walther (eds.). Hanover: Hahn, 1951.

9 Boa parte das informações disponíveis sobre a Gália merovíngia, sobretudo no que se refere ao século VI, deve-se a Gregório de Tours (c.538-c.593). Em uma época na Gália onde a produção historiográfica se resumia a crônicas de eventos cujo alcance raramente ultrapassava os limites regionais, Gregório foi um inovador: ele pretendeu escrever uma história “universal”. Nascido na cidade de Clermont (atual Clermont-Ferrand, capital do departamento francês da Alvéria), por volta de 538, Gregório tornou-se bispo da cidade de Tours em 573. Pertencia a uma família de origem senatorial com uma longa tradição de serviço ao poder civil e à Igreja Católica. Era parente do último imperador galo-romano, Avitus; seu predecessor no episcopado de Tours era primo de sua mãe; e além disso, um de seus ancestrais estava entre os primeiros mártires cristãos da Gália, que foram assassinados em Lyon no ano de 177. Graças à sua posição no seio da hierarquia eclesiástica, Gregório de Tours foi um espectador privilegiado da sociedade franca; conviveu com muitos dos personagens descritos em sua obra: reis, santos, mártires. Sua sé episcopal era, também, o centro do culto a São Martinho (m. 397), o santo padroeiro da dinastia merovíngia. Católico, Gregório multiplicou em suas obras a defesa da ortodoxia e também os ataques contra os heréticos, clérigos ou leigos, de confissões arianas ou judaicas. CÂNDIDO DA SILVA; MAZZETTO JR., 2006, p.91-92.

Ecdicius os alimentado durante todo o tempo da esterilidade, livrou-os da fome mortífera. Eles seriam mais de quatro mil homens e mulheres. Em seguida, quando a abundância retornou, Ecdicius teria organizado novamente transportes, devolvendo cada um ao seu domicílio. Gregório acrescenta em seu relato que, após a partida dos pobres, uma voz vinda do céu chegou a Ecdicius, dizendo-lhe que, por ter feito o que fez, por ter obedecido às suas palavras saciando sua fome ao alimentar os pobres, o pão não faltaria jamais a ele ou à sua posteridade. O bispo de Tours conclui o seu relato mencionando São Paciente, bispo de Lyon, que teria realizado, durante a mesma fome, uma boa obra semelhante para as populações, bem como uma carta na qual Sidônio Apolinário felicitaria o bispo de maneira eloquente (Gregório de Tours, 1951, II, 24)¹⁰ – carta essa que sobreviveu e que abordaremos mais adiante.

É importante ressaltar três aspectos do relato gregoriano: em primeiro lugar, o fato de que não haveria ninguém para distribuir esmolas aos pobres — o que reforça, a princípio, a ideia de falência da autoridade pública na Burgúndia do final do século V; em segundo lugar, o fato de que a decisão de ajudar os pobres seria uma iniciativa individual do bispo, com o testemunho de Deus; em terceiro lugar, ainda que Gregório sugira a excepcionalidade dos atos de Ecdicius, faz referência a atos

10 *De fame Burgundiae et Ecdicio: Sed tempore Sidoni episcopi magna Burgundiam famis oppressit. Cumque populi per diversas regiones dispergerentur, nec esset ullus qui pauperibus alimoniam largiretur, Ecdicius quidam ex senatoribus, huius propinquos, magnam tunc rem in Deo confisus fecisse perhibetur. Nam invaliscente fame, misit pueros suos cum equitibus et plaustris per vicinas sibi civitates, ut eos qui hac inopia vexabantur sibi adducerent. At illi euntes, cunctus pauperes, quodquod invenire potuerunt, adduxerunt ad domum eius, ibique eos per omnem tempus sterelitates pascens, ab interitu famis eximit. Fueruntque, ut multi aiunt, amplius quam quattuor milia promiscui sexus. Adveniente autem ubertate, ordinata iterum evectioem, unumquemque in loco suo restituit. Post quorum discessum vox ad eum e caelis lapsa pervenit, dicens: «Ecdici, Ecdici, quia fecisti rem hanc, tibi et simine tuo panis non deerit in sempiternum, eo quod obaudieris verbis meis et famem meam refectioem pauperum saciaberis». Quem Ecdicium mirae velocitatis fuisse, multi commemorant. Nam quadam vice multitudinem Gothorum cum decim viris fugasse perscribitur. Sed et sanctos Patiens Lugdunensis episcopus simile huic in ipsa fame populis prestetisse perhibetur beneficium. Extat exinde hodieque apud nos beati Sidoni epistola, in qua eum declamaturiae conlaudavit.*

semelhantes que teriam sido realizados por Paciente, bispo de Lyon, durante a mesma fome.

No relato de Gregório, bem como nas cartas de Cassiodoro, encontramos duas situações de penúria envolvendo agentes públicos — no caso italiano, um Prefeito do Pretório; no caso da Burgúndia, um senador. E esse parece ser o único ponto em comum entre os dois relatos. No mais, tudo leva a crer que estamos diante de dois comportamentos sensivelmente distintos: na Itália de Cassiodoro, a ação da previsão, a gestão de recursos escassos, uma política de taxaço que leva em conta as colheitas precedentes, uma previsão acerca das colheitas futuras, bem como uma política de controle de preços e de exportações. Do outro lado dos Alpes, o relato de Gregório realça a iniciativa pessoal, inspirada e motivada pela vontade divina. Não há, a princípio, nenhum sinal de mobilização de agentes ou de recursos públicos. Apesar de Ecdicius ser um senador, Gregório não associa a sua ação em benefício dos famintos com a função que ele exercia, mas unicamente a suas qualidades pessoais.

A carta de Sidônio Apolinário ao bispo Paciente de Lyon apresenta um relato que traz muitas semelhanças ao que diz Gregório. A carta constitui um longo elogio ao bispo de Lyon, mas o que nos interessa mais é o trecho em que Sidônio faz referência ao auxílio aos famintos. Ele observa que se, por um lado, Paciente partilha com seus colegas algumas das virtudes que ele enumera, haveria outras que só seriam dele: a humanidade com a qual distribuiu a esmola gratuitamente nas Gálias desoladas e lugares sofredoras, com seus próprios denários, após a incursão dos godos e o incêndio das colheitas. Sidônio salienta que, para esses povos esgotados pela fome, já teria sido uma boa ação extraordinária se esse trigo lhes fosse vendido como mercadoria e não dado como presente, acrescentando que viu as estradas repletas de víveres enviados por Paciente, bem como mais de um celeiro, que ele havia enchido sozinho, às margens do Arar e do Ródano (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12).¹¹ Da mesma forma que na descrição feita por Gregório

11 *Et horum aliqua tamen cum reliquis forsán communicanda collegis. Illud autem deberi tibi quodam, ut jurisconsulti dicunt, a praecipui titulo, nec tuus poterit ire pudor inficias; quod post*

da ação de Ecdicius, vemos no relato de Sidônio a lembrança da excepcionalidade do ato, bem como do fato de que a ajuda foi feita com os próprios recursos do bispo. O sentido dessa excepcionalidade não é quantitativo, mas qualitativo: Gregório e Sidônio apresentam as ações de Ecdicius e de Paciente como derivadas de um catálogo de virtudes que ambos os autores não se privam de estabelecer. A ênfase dos dois relatos não está nas funções que eles ocupam - respectivamente, de senador e de bispo. Na Gália, do final do século V ao final do século VI, o auxílio aos pobres famintos, mesmo quando é efetuado por homens de poder, é considerado como um fato excepcional, que surge das virtudes pessoais desses personagens.

A comparação das cartas de Cassiodoro com a de Sidônio e com o relato de Gregório em suas *Histórias* aporta um elemento a mais ao dossiê da crise da autoridade pública no Ocidente entre os séculos V e VI. O argumento, que não cessou de ser destacado desde os trabalhos de N. D. Fustel de Coulanges, consiste em afirmar que, na Gália, em virtude do desaparecimento da ideia de *res publica*, a própria noção de serviço público estaria comprometida. Então, face à fome, o comportamento dos homens de poder mostraria que, na Gália, a ideia de serviço público teria cedido lugar a iniciativas pessoais fundadas no imperativo da caridade.

Esse argumento parece ainda mais convincente devido ao fato de que não encontramos, até 779, textos emanados do poder real franco que contêm medidas para combater a fome (fazemos referência ao *Capitulare episcoporum*). Os carolíngios parecem ser os primeiros a terem tomado medidas para conter a fome e seus efeitos. E isso de maneira sistemática, como mostram também o Capitulário de Franckfurt, de 794, o Capitulário de Nimègue, de 806, e os textos publicados sob os reinados de Luís, o Piedoso, Carlos, o Calvo, e Carlomano II. Em

Gothicam depopulationem, post segetes incendio absumptas, peculiari sumptu, inopiae communi per desolatas Gallias gratuita frumenta misisti; cum tabescentibus fame populis nimium contulisses, si commercio fuisset species ista, non munere. Vidimus angustas tuis frugibus vias; vidimus per Araris et Rhodani ripas, non unum, quod unus impleveras horreum. SIDÔNIO APOLINÁRIO. *Epistolae et Carmina*. LUETJOHANN, Christian; KRUSCH, Bruno (eds.). MGH, AA 8. Berlim: Weidmann, 1887.

comparação aos carolíngios, os príncipes merovíngios parecem, à luz dessas evidências documentais, um pálido contraste.

Gostaríamos de propor, neste artigo, outra interpretação sobre a ausência, na época merovíngia, de textos normativos que tratam do combate à fome, sem recorrer ao argumento das circunstâncias de transmissão ou perda desses textos. Começemos pela carta de Sidônio Apolinário ao bispo Paciente de Lyon (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12).¹² Após ter feito o elogio de Paciente, utilizando exemplos dos Mistérios Eleusinos, Sidônio pede desculpas por ter recorrido a tais exemplos e afirma que irá, a partir de então, recorrer à história de José, venerável patriarca que, tendo previsto a esterilidade que deveria seguir os sete anos de abundância, soube facilmente remediá-la. Acrescenta ainda que considera que quem espalha socorros em meio a uma calamidade que não adivinhou não é menor do que José. A referência a José e à sua capacidade de prever a esterilidade que se seguiria aos sete anos de abundância mostra que, no texto de Sidônio, a gestão está associada ao combate à fome. O exemplo de José serve para ressaltar essa dimensão gestionária. Cabe salientar que, em sua carta a Ambrósio, Cassiodoro apresenta a sua função como herdeira daquela que era exercida por José: ele lembra a Ambrósio que o primeiro a ter ocupado a sua dignidade atual ordenou que a abundância anterior deveria ser utilizada para aliviar a penúria atual (Cassiodoro, 1894, XII, 25).¹³ Sidônio tem o mesmo entendimento em relação à atuação de José: ele previu (*praevidit*) a esterilidade e encontrou meios para remediá-la. Assim, o retrato que ele pinta de Paciente possui ao menos um elemento em comum com aquele que Cassiodoro apresenta de sua ação.

12 *Sed si forte Achaicis Eleusinae superstitionis exemplis, tanquam minus idoneis, religiosus laudatus offenditur; seposita mystici intellectus reverentia, venerabilis patriarchae Joseph historicalem diligentiam comparemus, qui contra sterilitatem septem uberes annos insecuturam, facile providit remedium quod praevidit. Secundum tamen moralem sententiam, nihil iudicio meo minor est, qui in superveniente simili necessitate non divinat, et subvenit.*

13 *Sed si hoc divinae providentiae tradatur, satagere non debemus, quando ipsius imperio prodigia quaerere prohibemur. illud tamen sine dubio terrenis fructibus adversarium esse cognoscimus, ubi alimonia consueta nutriri lege propria non videmus. proinde agat sollicitudo vestra, ne nos unius anni sterilitas turbare videatur, dum sic ab illo primo amministratore dignitatis nostrae provisum est, ut praecedens copia sequentem valuisset mitigare penuriam.*

Por outro lado, é preciso constatar que a ausência de textos normativos sobre o combate à fome na época merovíngia não é um indício definitivo de que os reis merovíngios jamais agiram nesse sentido. Claro que isso também não prova que agiram. No entanto, há algumas pistas que merecem ser consideradas. Gregório de Tours, em suas *Histórias*, afirma que o rei Clotário teria ordenado a todas as igrejas do reino que vertessem um terço de suas rendas ao fisco. Enquanto todos os bispos, contra sua vontade, consentiram e assinaram esse decreto, o bem-aventurado Injuriosus, tendo se recusado energicamente a subscrevê-lo, teria declarado ao rei que se ele quisesse tomar os bens de Deus, o Senhor tomaria rapidamente seu reino, porque seria iníquo que os celeiros do rei se enchessem com as gavelas dos pobres, os quais ele teria a obrigação de alimentar com o próprio celeiro (Gregório de Tours, 1951, II, 2).¹⁴ Se esse trecho não prova a existência efetiva do auxílio dos reis aos pobres à época merovíngia, no mínimo mostra a existência de uma expectativa em relação a ela, pelo menos nos círculos episcopais.

Há também nos cânones conciliares vários exemplos de medidas destinadas a atender às necessidades dos pobres. O 5º Cânone do II Concílio de Tours, de 567, estabelece que cada *civitas* deve fornecer aos pobres e aos indigentes alimentos suficientes segundo seus recursos; tanto os padres das aldeias quanto os habitantes da cidade devem alimentar os pobres, de forma que eles não vagueiem por outras cidades (Gaudemet, 1989, p.354).¹⁵ Não se trata apenas do recurso a uma retórica salvífica

14 *Quod Chlothacharius rex tertiam partem fructuum ecclesii auferre voluit: Denique Chlothacharius rex indixerat, ut omnes ecclesiae regni sui tertiam partem fructuum fisco dissolverent. Quod, licet inviti, cum omnes episcopi consensissent atque subscripsissent, viriliter hoc beatus Injuriosus respuens, subscribere dedignatus est, dicens: «Si volueris res Dei tollere, Dominus regnum tuum velociter auferet, quia iniquum est, ut pauperes, quos tuo debes alere horreo, ab eorum stipe tua horrea repleantur».*

15 *Ut unaquaque civitas pauperes et egenos incolas alimentis congruentibus pascat secundum vires; ut tam vicani presbyteri quam cives omnes suum pauperem pascant. Quo fiet, ut ipsi pauperes per civitates alienas non uagentur. Conciliae Galliae (v.511-695). DE CLERCQ, Charles (ed.). *Corpus Christianorum Series Latina 148A*. Turnholt: Brepols 1963. [*Les canons des conciles mérovingiens (VI-VII siècles)*]. Introdução, tradução e notas : GAUDEMET, Jean; BOISDEVANT, Brigitte. *Sources Chrétiennew*, 2 vols.. Paris: Ed. du Cerf, 1982-1989].*

que coloca o auxílio aos pobres como uma referência teórica (e há muitos casos nesse sentido), mas de uma obrigação rotineira, descrita como parte integrante do exercício das funções clericais.

Por outro lado, seria um erro considerar Ecdicius e Paciente como simples “particulares”. Ecdicius não apenas era de família senatorial, mas seu pai era o imperador Avitus (Jordanes, 1882, 240).¹⁶ Ele era irmão de Papiánilla, esposa de Sidônio Apolinário. Gregório de Tours e, sobretudo, Sidônio fazem referência a um feito militar de Ecdicius, que teria ocorrido por volta de 471, quando ele conseguiu romper o cerco dos visigodos e entrar em Clermont com dezoito homens. Ele teria, em seguida, mobilizado um exército com seus próprios recursos para resistir aos visigodos (Sidônio Apolinário, 1887, III, 3). É talvez por causa desses feitos que o imperador Anthémius prometeu-lhe o título de patrício, que lhe foi finalmente concedido, segundo Sidônio, por Júlio Nepos, em 474, após ter sido, nas palavras do mesmo Sidônio, “um simples particular”: “*Aerariumque publicum ipse privatus non pecuniis, sed manubiis locupletavit*” (Sidônio Apolinário, 1887, V, 16). Foi, portanto, como um “simples particular” que ele teria alimentado os pobres quando da fome descrita por Gregório de Tours e por Sidônio? Se tal foi o caso, os elogios do bispo de Tours sobre a caridade desse personagem fariam todo o sentido. Entretanto, ele não era um “simples particular”. A primeira referência a Ecdicius nas cartas de Sidônio, no segundo livro das cartas, menciona cidadãos da Auvérnia que desejam o seu retorno (Sidônio Apolinário, 1887, II, 1). Sua ausência seria fatal à pátria (Sidônio Apolinário, 1887, III, 2). Sidônio também afirma que Ecdicius encorajou os estudos latinos entre os habitantes da Auvérnia que apoiavam a causa de Roma. Também diz que muito tempo antes de ter sido elevado à dignidade de patrício, Ecdicius tornou-se digno dela, não tendo em suas mãos a balança da justiça, mas combatendo com armas nas mãos (Sidônio Apolinário, 1887, V, 16). Há outros indícios do papel político desempenhado por Ecdicius à época da fome mencionada por Sidônio — fome essa que tem relação estreita com a ação dos visigodos

16 JORDANES. *Getica*. MOMMSEN, Theodor (ed.). *MGH AA*, 5/1. Berlin: Weidmann, 1882.

na Burgúndia (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12). Jordanes afirma que, quando da tomada de Clermont pelos visigodos, Ecdicius era o general que ocupava o comando da cidade e já dispunha do título de patrício. Tendo sido, em seguida, chamado pelo imperador Nepos à Itália, ele foi mais tarde substituído por Orestes (Jordanes, 1882, 240-241).

As ações de Ecdicius, tal como aparecem na correspondência de Sidônio, mostram um personagem público. Haveria, portanto, uma contradição em seu relato? Um personagem público nos feitos militares e um personagem privado no auxílio aos pobres? Não se pode esquecer que o relato de Sidônio é construído como um panegírico destinado a engrandecer a carreira política de seu cunhado. O trecho em que ele menciona como Ecdicius remediou a fome dos pobres com seus próprios recursos não foge à regra. As ações em benefício dos pobres por parte da aristocracia senatorial romana também envolviam os recursos próprios dos grandes personagens públicos. Essa generosidade ostensiva era uma forma de demonstrar a aptidão para o exercício das funções públicas no interior da *civitas*.

Praticamente tudo o que se sabe sobre Paciente de Lyon é o que diz Sidônio Apolinário, que o apresenta como um “homem santo, corajoso, severo, compassivo e que, por sua abundante generosidade e humanidade em relação aos pobres, dá a mais alta ideia de sua virtude” (Sidônio Apolinário, 1887, I, 10). Ele o apresenta também como um grande construtor e descreve com riqueza de detalhes a igreja que ele teria construído em Lyon (Sidônio Apolinário, 1887, II, 10), além de mencionar numerosas basílicas que ele também teria mandado construir (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12). Bispo da cidade de Lyon, era também a mais alta autoridade eclesiástica da província (Sidônio Apolinário, 1887, IV, 25). Sidônio também diz que ele era frequentemente convidado à mesa do rei Chilperico (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12). Esse campeão da ortodoxia de Niceia encontrou em Gregório e em Sidônio os cântaros de suas ações em favor dos pobres famintos. Se julgarmos pela obra que ele encomendou, a Vida de São Germano de Auxerre, escrita por Constâncio de Lyon, a luta contra as heresias parece ter sido o tema maior do seu pontificado.

Os relatos que acabamos de analisar não ignoram o fato de que Ecdicius e Paciente eram agentes públicos: Gregório diz claramente que o primeiro era senador e que o segundo era bispo; Sidônio, no endereço de sua carta a Paciente, indica claramente o seu título. As funções de senador e de bispo traziam consigo uma série de responsabilidades que compreendiam o auxílio às vítimas da fome, o que Sidônio não devia ignorar. Mas há que se considerar, sobretudo no relato gregoriano, a propensão a apresentar as ações de todos os personagens à luz do confronto entre santos e pecadores, que o próprio autor, aliás, menciona no prefácio das *Histórias* como a chave para a leitura da sua obra. É bem provável que as ações dos agentes públicos fossem apresentadas dessa forma nos escritos episcopais ao longo do século VI. Um dos melhores exemplos, nesse sentido, está em um dos poemas de Venâncio Fortunato.¹⁷ O poema em questão é uma homenagem a um conde austrasiano, chamado Sigoaldo.

As *Carmina* são uma fonte substancial de informações sobre a Realeza: em seus onze livros, há trinta poemas que tratam de reis ou rainhas. Pouco tempo depois de sua chegada na Gália, Fortunato pronunciou em Metz o epitalamo do casamento de Sigeberto e Brunilda, seguido de um breve panegírico para marcar a conversão de Brunilda ao catolicismo. Em seguida, em Paris, ele proferiu um longo elogio dedicado ao rei Cariberto (561-567), compôs dois poemas, o primeiro sobre a Igreja de Paris, o segundo sobre os jardins de Ultrogota, viúva do rei Childeberto I (511-558). Em 570, ele escreveu um longo texto sobre a morte da princesa Galswinta. Em 573, quando Gregório tornou-se bispo de Tours, Fortunato redigiu dois poemas à glória de Sigeberto e de Brunilda e,

17 Venantius Honorius Clementianus Fortunatus nasceu nos arredores de Treviso, no início do século VI. Ele chegou na Gália em 565 em uma peregrinação ao túmulo de São Martinho de Tours. Tornou-se monge por volta de 576, e em seguida bispo de Poitiers, função que ele ocupou até sua morte, por volta de 600. Entre suas obras, destacam-se as *Carmina*, série de onze livros de poemas sobre diversos personagens da Gália merovíngia — reis, rainhas, aristocratas, bispos, etc. — bem como várias hagiografias: a Vida de Santa Radegonda, a Vida de São Martinho, a Vida de São Germano de Paris, a Vida de Santo Aubin de Angers, a Vida de São Patérnio de Avranches, a Vida de São Marcelo de Paris e a Vida de São Seurin de Bordeaux. CÂNDIDO DA SILVA; MAZZETTO JR., 2006, p.101.

em 580, no Concílio de Berny, convocado por Chilperico para julgar Gregório de Tours, pronunciou o elogio do rei e da rainha Fredegonda. Na mesma época, Fortunato escreveu dois poemas para Chilperico e Fredegonda, para consolá-los pela perda de seus dois filhos, e o epitáfio dos mesmos. Ele também escreveu poemas em honra de Brunilda e de seu filho Childeberto II (575-595) (Cândido da Silva; Mazzetto Jr., 2006, p.101-102).

Atentemos, em primeiro lugar, para o título do poema sobre o conde Sigoaldo: “Ao conde Sigoaldo, que deu alimentos aos pobres da parte do rei”. Não há forma mais clara para afirmar que a ação do conde em relação às vítimas da fome era feita em nome do rei. Entretanto, como nas Histórias e na carta de Sidônio, o texto de Fortunato salienta as qualidades pessoais do conde Sigoaldo. Ele também descreve o auxílio aos pobres famintos em termos que emergem da linguagem “comercial”: o rico dá alimentos que são destinados a desaparecer, recebendo de Deus, em troca, graças fecundas. O dinheiro que ele — o rico — distribui na terra, é enviado ao céu. Seriam grãos semeados com vistas a uma abundante colheita. Os termos empregados remetem ao *felix commercium*. Fortunato prossegue fazendo um apelo aos dons e compara o Cristo a uma espécie de tesoureiro, que guarda a semente que é dada ao pobre e a devolve depois. Todavia, o beneficiário direto da ação do conde Sigoaldo seria o rei Childeberto: Sigoaldo distribuiria víveres aos pobres, em nome e sob a autoridade do rei, para que o poder do neto igualasse ao do avô. Não haveria dúvidas quanto à eficácia: Childeberto gozaria de uma saúde florescente e cresceria no trono sobre o qual o seu avô (Clotário I) se sentou. O auxílio aos pobres seria apenas um dos domínios nos quais Sigoaldo demonstraria a sua submissão a Childeberto: ele teria ido ao santuário de São Martinho para invocar a sua assistência em favor do rei; enquanto o rei trabalha pelos assuntos de seu reino e o governa,

Sigoaldo agiria de maneira que o santo ajudasse o príncipe com suas orações (Venâncio Fortunato, 1881, X, 17).¹⁸

18 Ad Sigoaldum comitem, quod pauperes pro rege paverit.

Actibus egregiis praekoniam fulgida fulgent:
Laus tua, Christe, sonet, dum bona quisque gerit.
Unde genus hominum placeat, tu, summe, ministra,
Nam nisi tu dederis, prospera nullus agit.
Divitibus largus forte hinc et parcus egenis,
Se ut redimat dives, quando fovetur egens.
Dulciter ista tui pia sunt commercia regni:
Dum escam sumit egens, divitis auget opes,
Pauper ventre satur satiat mercede potentem:
Parva capit terribis, praeparat ampla polis.
Divitibus plus praestat egens, quam dives egentis:
Dat moritura cibi, sumit opima Dei.
Dans terrae nummum missurus ad astra talentum,
E modicis granis surgat ut alta seges.
Dent, jactent, spargant, commendent semina Christo,
Hic dare nec dubitent quae reditura manent.
Da: si Christus erit tibi thesaurarius inde;
Praesta inopi, quidquid reddere Christus habet:
Hac animatus ope exposcens meliora Tonantis,
Nec dubitante fide quod Deus ista dabit.
Pro Childebercthi regis florente salute,
Surgat ut in solio qui fuit altus avo
Fiat ut hinc juvenis validis robustior annis,
Ceum viguit proavus, sic sit in orbe nepos,
Ergo suus famulus Sigoaldus, amore fidelis
Pauperibus tribuit, regis ut extet apex.
Hinc ad Martini venerandi limina pergens,
Auxilium Domini dum rogat ipse sui;
Et dum illuc moderans rex pro regione laborat,
Ut precibus sanctus hunc juvet, illud, agit.
Denique procedens * * * sacra festa tenere,
Pauperibus Christi praebuit ipse dapem.
Dispensata placent alimenta per agmina Christi,

Nesse poema de Fortunato, vemos claramente que a caridade pessoal e a ação dos agentes públicos são compatíveis. Mais importante ainda, a ação do conde Sigoaldo, que age em nome do rei, é apresentada do ponto de vista da caridade pessoal. O conde e sua família eram originários da Austrásia; ele foi encarregado pelo rei Sigeberto I de acompanhar Venâncio Fortunato em sua viagem da Itália à Gália, através dos Alpes. Fortunato descreve essa viagem no poema 16 do livro XI das *Carmina*. É provavelmente o mesmo Sigoaldo que, juntamente com os duques Rocco e Eudila e o patrício Alethius, toma o partido de Wanarcharius, Prefeito do Palácio da Austrásia, em favor de Clotário II e contra a rainha Brunilsa e seu neto Sigeberto (Fredegário, 1982, IV, 42).¹⁹ Os três poemas que lhe foram consagrados por Fortunato mostram que se tratava de um personagem político importante na Austrásia.

Como o próprio Fortunato reconhece, o conde dá alimentos aos pobres em nome de Childeberto, “para que a majestade do rei se manifeste”. O poema de Fortunato é extraordinário, pois combina o elogio das virtudes pessoais daqueles que auxiliam as vítimas da fome e o reconhecimento de que, ao fazê-lo, atuam como agentes públicos. O que esse texto mostra é que, na Gália da segunda metade do século VI, as duas coisas vão de par, em outras palavras, a ação dos agentes públicos

Pascitur et populus quem fovet arce Deus.
Plurima caecorum refovetur turba virorum,
Est quibus interna lux Deus, atque via.
Hic alitur clodus, quem dirigit ordine Christus,
Quique sui Domini pendulus implet opus.
Quis referat tantos memorare sub ordine morbos,
Occurrens pariter, quos sua cura fovet?
Unde catervatim coeuntia millia pascens,
Erogat ut habeat, rex quoque cuncta regat.
Te Fortunatus, comes, hinc, Sigoalde, salutans
Regis [ut] auxilio des meliora precor.

VENÂNCIO FORTUNATO. *Opera Poetica*. LEO, Friedrich; KRUSCH, Bruno (eds.). *MGH, AA. 4/1*. Berlin: Weidmann, 1881, p.1-270; *Appendix Carminum*, p.271-292 (Poèmes, ed. e trad. REYDELLET, Marc. Paris: Les Belles Lettres, 1994).

19 FREDEGÁRIO. *Chronicarum quae dicuntur Fredegarii scholastici*. KUSTERNIG, Andreas (ed.). *Quellen zur Geschichte des 7 und 8 Jahrhunderts*. Darmstadt: WB, 1982, p.1-325.

é descrita em termos que relevam o caráter extraordinário e virtuoso desses agentes. Daí a facilidade com a qual é possível, à primeira vista pelo menos, opor o caráter “público” ou “privado” que o combate à fome teve, respectivamente, na Itália de Cassiodoro e na Gália, pelo menos à época merovíngia. Graças ao poema que Fortunato dedicou ao conde Sigoaldo, podemos observar que a retórica é um elemento inseparável da definição das crises alimentares: estas últimas mobilizam desde o elogio das ações individuais até presságios que anunciam as crises ou, ainda, a ação benfezeira dos poderes públicos e dos governantes. Nos relatos, cada um desses elementos recebe um tratamento tal – seja individualmente, seja em conjunto –, que nos ajudam a compreender o significado da fome, bem como os deveres dos governantes e dos particulares em relação às vítimas da escassez.

A ausência de editos e de preceitos reais sobre a fome, anteriores ao século VIII, não significa necessariamente a ausência, antes dos carolíngios, de ações adotadas pelo poder público e por seus agentes em prol das vítimas da fome. O que se observa na passagem do século VII ao século VIII é menos uma mudança na prática de auxílios aos pobres famintos do que na forma como esse auxílio é descrito. Os textos conciliares mostram também que, na época merovíngia, o auxílio aos pobres constituía um instrumento de gestão pública, além de uma prática apresentada pelos bispos como excepcional e advinda da caridade.

Voltemos às *Variae*, de Cassiodoro. É verdade que, em termos documentais, não há nada de comparável na Gália merovíngia, mas isso não significa que não houvesse uma prática de ajuda aos pobres famintos por parte dos agentes públicos. A questão diz respeito, mais precisamente, às diferentes formas pelas quais essa ação é descrita, nas *Variae*, por um lado; nos textos de Sidônio, de Gregório e de Fortunato, por outro. Não podemos esquecer que as *Variae* constituem uma apologia da administração ostrogótica (Barnish, 2006, p.xv): as cartas de Cassiodoro descrevem a ação da autoridade pública em termos de eficácia, de reatividade, de cálculo e de previsão. Além de instrumentos de gestão, essas cartas cumprem um papel no elogio do poder ostrogótico. Nesse sentido, elas também não estão imunes à retórica, muito pelo contrário. É o que

se pode observar por meio da referência a José, ou, ainda, quando, em uma carta ao conde Amabilis, Cassiodoro afirma estar consciente de que há carência de gêneros alimentícios na Gália – algo que o comércio, em seu estado de alerta constante, aproveita de forma a vender a um preço mais elevado aquilo que foi comprado por um preço inferior –, para, em seguida, acrescentar que irá, ao mesmo tempo, satisfazer os vendedores e socorrer aqueles que têm necessidade (Cassiodoro, 1894, IV, 5). É uma forma de realçar a eficácia de sua administração.

Os objetivos dos textos que temos da Gália do final do século V e do século VI são sensivelmente distintos. Sidônio, Gregório e Fortunato buscam realçar o caráter extraordinário das ações dos personagens que eles descrevem. As ações de Paciente, Ecdicius e Sigoaldo em proveito dos famintos seriam manifestações excepcionais de caridade. Um dos indícios de que a descrição feita por esses autores, na Gália, ultrapassa o quadro da ação tradicional dos detentores de funções públicas sob o Império Romano está na carta de Sidônio: Paciente teria distribuído alimentos “com seus próprios denários” e para além da província eclesiástica na qual, a princípio, ele teria sido obrigado a fazê-lo (Sidônio Apolinário, 1887, VI, 12). Um dos principais méritos dos trabalhos recentes sobre a obra de Gregório foi o de combater a opinião bastante difundida na historiografia francesa durante a primeira metade do século XX, segundo a qual Gregório de Tours era um “ignorante” e um “ingênuo”. W. Goffart reconhece em Gregório de Tours um plano consciente, uma filosofia da história e mesmo um estilo satírico. Essa filosofia teria sido exposta por Gregório no prólogo de seu segundo livro, quando descreve, de um lado, os feitos dos santos e, de outro lado, as tragédias dos povos e as guerras dos reis. Essa mistura constituiria a própria essência da história para o bispo de Tours. Dessa história em que coexistiriam os bem-aventurados e os condenados à danação, não poderia resultar nem progresso nem decadência, contrariamente às expectativas de Orósio e de Jerônimo. O essencial da história, desde a Criação, seria a dicotomia entre a santidade e as ações humanas (Goffart, 1988, p.124-256). Na opinião de M. Heinzemann, Gregório conseguiu combinar o relato edificante de fatos variados de sua época com uma estrutura de capítulos

e livros que exprimem, ao mesmo tempo, um modelo de sociedade e um conceito escatológico próprio à história cristã (Heinzelmann, 2001; Cândido da Silva; Mazzetto Jr., 2006, p.93-94). O relato do bispo de Tours a respeito de Ecdicius insere-se, portanto, em uma concepção de história marcada pela oposição entre santos e pecadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo começou pela evocação da fome dos anos 530 e de seus efeitos na Itália. Por meio desse exemplo, pretendemos colocar a questão do papel dos fatores climáticos no desencadeamento da fome. Não é tarefa simples, uma vez que é difícil distinguir, nos textos de que dispomos, bem como nos vestígios arqueológicos, a parte da fome que emerge dos conflitos que então assolavam a península e aquela parte que deriva dos fatores climáticos. Cassiodoro realça o papel dos eventos climáticos, ao passo que Procópio de Cesareia, embora não oculte os referidos eventos, não hesita em mencionar a guerra (que é, afinal de contas, o tema da sua obra) e seu papel na crise alimentar. Por outro lado, é bom lembrar que, na perspectiva de Cassiodoro, salientar o papel dos conflitos com o exército imperial implicaria reconhecer as limitações ou mesmo a incompetência da administração ostrogótica. Como vimos anteriormente, esse não era o objetivo das cartas de Cassiodoro. No caso de Procópio de Cesareia, a associação entre a guerra e a fome aparece de maneira nítida, os eventos climáticos adquirem em sua obra o estatuto de um sinal: após o sol ter surgido sem raios, os romanos teriam sido atingidos pela guerra, pela fome e pelas calamidades mais desastrosas (Procópio, 1833, XIV, 4-10). Acrescente-se a isso o fato de que o *Liber Pontificalis* sequer menciona os eventos climáticos, mas descreve a fome juntamente com os conflitos opondo os exércitos de Belisário e as tropas ostrogotas. É possível que Cassiodoro tenha deliberadamente exagerado o papel dos eventos climáticos, de maneira a minorar o peso do conflito com o exército imperial e assim valorizar a eficácia da administração ostrogótica.

Se observarmos as duas grandes correntes que propõem teorias para explicar a fome — os “neo-malthusianos” e os adeptos do *Entitlement*

Approach — as questões climáticas não constituem o eixo em torno do qual a fome é explicada. A grande originalidade do *Entitlement Approach* é ter dissociado o fenômeno da fome da produção de alimentos ou do desenvolvimento da agricultura, associando-o com o conjunto do funcionamento da economia, mais precisamente, com as condições políticas e sociais que interferem na capacidade dos indivíduos de obterem alimentos para a sua sobrevivência e para a manutenção de sua saúde. A dimensão climática não é levada em conta pelos adeptos do *Entitlement Approach*. Há, no entanto, variáveis não econômicas que devem ser levadas em conta no estudo das crises alimentares, sobretudo quando se trata de sociedades como as da Alta Idade Média, nas quais a agricultura é mais frágil e vulnerável aos fatores climáticos do que aquilo que se observa nas sociedades modernas. É bom lembrar também que é mais fácil obter dados climáticos do que dados sobre a situação alimentar das populações dos primeiros séculos da Idade Média.

Ainda que a fome ocorrida na Itália em 536 tenha origens nos eventos climáticos anteriormente mencionados, suas implicações são tanto políticas quanto econômicas. Nos primeiros séculos da Idade Média, o auxílio aos famintos se inscreve no domínio da gestão pública, mesmo quando a ação de seus agentes é apresentada sob o ângulo da piedade e da caridade individuais, como é o caso da Gália merovíngia. Assim, o fato de que as respostas à fome são mostradas, na Gália, como o fruto de iniciativas pessoais fundadas no imperativo da caridade deriva da natureza das fontes episcopais do século VI, notadamente Gregório de Tours e Venâncio Fortunato. Não podemos deduzir daí a ausência da autoridade pública. Ainda que profundamente marcado pela retórica da caridade pessoal, o poema de Venâncio Fortunato que aqui discutimos mostra muito bem que o conde Sigoaldo agia em proveito dos pobres em nome da autoridade real.

O que aconteceu em 536 é um evento singular: quer seja a queda de um cometa ou uma grande erupção vulcânica, produziu uma das mais importantes alterações climáticas dos últimos 2000 anos e, provavelmente, o primeiro conjunto concordante de textos a respeito de uma crise global. Evidentemente, os relatos de que dispomos não mencionam

essa extensão da crise; nenhum de seus autores tinha condições de medir o alcance da fome de 536.

As descrições da fome possuem uma dimensão retórica que não pode ser negligenciada. As dimensões literárias dessas descrições devem ser também objeto de estudo, pois constituem parte integrante do fenômeno — na medida em que não conseguimos separar, para efeitos de análise, o que efetivamente ocorreu de sua descrição. Os louvores de Fortunato e de Gregório destinados, respectivamente, a Sigoaldo e a Ecdicius, mostram que, na Gália do século VI, a ação dos agentes públicos em favor dos pobres famintos é apresentada em termos de um *felix commercium*.²⁰ Essa ideia faz mais sentido na Gália merovíngia — onde, como mostrou Jean-Pierre Devroey, a fome é descrita como um desastre natural — do que no período carolíngio, no qual a fome aparece como o resultado do pecado (Devroey, 2014, p.75). A partir do século VIII, os agentes públicos são muito mais os garantidores da purificação dos pecados por meio de orações, jejuns e esmolas. É nesse contexto que o *Capitulare episcoporum* (c. 779) — que recomenda esses remédios em face da fome (que o texto designa como “tribulações atuais”) — adquire todo o seu sentido. O estudo da descrição do auxílio aos pobres famintos é um meio de compreender a ação dos agentes públicos, sobretudo as formas pelas quais essa ação é apresentada nos textos.

Os textos da Alta Idade Média nos ajudam bem menos a compreender a própria fome. Os indícios são bem mais numerosos sobre as reações à fome. Não há relação entre a descrição de uma crise alimentar e sua intensidade. Os adjetivos utilizados pelos autores não servem para medir a intensidade de uma crise alimentar. Da mesma forma, a ausência ou a presença desses adjetivos não é suficiente para concluir que se trata de uma fome de baixa intensidade. A fome de 536 não é descrita em texto algum como universal — mesmo sendo, talvez, a que mais se aproximou

20 Ressalte-se ainda que Sidônio Apolinário não descreve a ação do bispo Paciente em termos de um *felix commercium*. Ele não realiza uma troca com Deus, como Ecdicius ou Sigoaldo, nos escritos de Gregório e de Fortunato. Sidônio o compara a José, para melhor realçar a ação de alguém que proporcionou socorro no meio de uma calamidade que não previra.

disso em toda a Idade Média. Poderíamos acrescentar que isso se deu também porque nenhum autor contemporâneo conhecia a extensão geográfica do problema. Isso não impediu que outras crises alimentares fossem qualificadas de “universais” ou como tendo atingido todo o planeta. O vocabulário dos textos pouco nos ajuda a compreender a intensidade das crises alimentares. Para tanto, é necessário confrontar o maior número de textos com os dados oriundos das análises arqueológicas e climáticas.

AGRADECIMENTOS

O autor é Pesquisador do Centro Nacional de Apoio à Pesquisa (CNPq) e agradece a esta instituição. É também Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME - <http://www.leme-medieval.com.br>).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNISH, Sam. Introduction. In: CASSIODORUS. *Variae*. Liverpool: Liverpool University Press, 2006. p.ix-liii.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo; MAZZETTO JR., Milton. A realeza nas fontes do período merovíngio (séculos VI-VIII). *História Revista*, vol. 11, p.89-119, 2006.
- DEVROEY, Jean-Pierre. Food and Politics. In: MONTANARI, Massimo (ed.). *A Cultural history of food in the Medieval Age*. Londres: Berg, 2014. p.73-89.
- GOFFART, Walter. *The Narrators of Barbarian History (A.D. 550-800)*. Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul Deacon. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- HEINZELMANN, Martin. *Gregory of Tours: history and society in the sixth century*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- LARSEN, Lars Berg *et al.*. New ice core evidence for a volcanic cause of the A.D. 536 dust veil. *Geophysical Research Letters*, vol. 35, p.L0478, 2008.

- RIGBY, Emma; SYMONDS, Melissa; WARD-THOMPSON, Derek. A comet impact in A.D. 536?. *Astronomy & Geophysics*, vol. 45/1, p.23-26, 2004.
- SIMMONS, Ian Gordon. *Global Environmental History: 10.000 BC to AD 2000*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.